



A CONTRIBUIÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PEDAGOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Elisane Barbosa de Araújo
Email: lisaraujo244@gmail.com

Jael Alves da Silva
Email: jaelalveshg@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é fruto de nossa observação participante enquanto alunas do curso de Pedagogia/UFAL e voluntárias do NEA/UFAL. Sabendo que com os avanços tecnológicos e desenvolvimento em todos os aspectos da sociedade, enquanto produtoras de elementos básicos que respondam às suas necessidades fundamentais, são múltiplos os ataques ao meio ambiente e isto requer medidas que promovam a consciência ambiental, sustentabilidade e consumo consciente, posto isto nos convém pensar qual nosso papel enquanto universitárias e voluntárias do Núcleo de Educação Ambiental em favor do fomento às ações referentes à conservação e responsabilidade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental, meio ambiente, voluntariado, sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de nossa inserção no NEA/UFAL como estagiárias e voluntárias, partindo disto buscamos apresentar um pouco de nossas experiências e impressões no que diz respeito a nossa aproximação ao tema. Tendo ainda como objetivo situar a importância dada aos trabalhos voluntários frente à questão ambiental de que forma este impacta a formação dos estudantes e contribui para medidas que potencializem a consciência ambiental, fortaleçam a sustentabilidade e o consumo consciente. Desejamos verificar o cumprimento das leis socioambientais e ainda observar de que modo ocorre o incentivo à participação do universitário alagoano em ações voluntárias relacionadas à promoção da conservação ambiental.

Investigar tal assunto torna-se cada vez mais pertinente pois sua discussão revelou-se de suma importância à existência humana, já que a natureza é parte essencial e inseparável do homem, para a sua plena reprodução, pois sem a troca metabólica entre este e o meio natural não há possibilidade de existir vida, muito menos a existência de uma sociedade, esta relação constantemente sofre impactos



cada vez mais fortes, visto a crescente expansão das necessidades objetivas e subjetivas do homem moderno.

A partir de um resgate histórico às nossas primeiras formas de organização enquanto sociedade, é possível perceber que as transformações sofridas pelo meio ambiente e, principalmente, os efeitos destas mudanças nos acompanham com o decorrer do tempo. A partir da nova forma de controle do homem sobre a natureza possibilitada pela Revolução Industrial, nota-se que o desequilíbrio ambiental é acentuado, ganhando espaço nos mais diversos âmbitos da sociedade, incitando as mais diversas opiniões a respeito.

A tomada de consciência por parte da sociedade em relação aos problemas decorrentes do desequilíbrio ambiental não aconteceu de forma espontânea nem tampouco de forma rápida, com o processo de expansão e desenvolvimento da sociedade, os desastres ambientais começaram a se tornar cada vez mais notórios e alguns deles permanentes, chamando assim a atenção para a via de mão dupla que o “progresso” econômico os havia conduzido.

O fenômeno do desequilíbrio ambiental ao tornar-se alvo de investigação social leva a busca por meios que tentem “minimizar” seus efeitos danosos a vida da sociedade, por isso é tão comum a introdução de temas como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, como categorias que poderão garantir a contenção do caos instaurado.

Tomamos como ponto de partida de todas estas análises o trabalho realizado durante a Revolução Industrial, que representa o ponto fundamental da retirada de matéria prima do meio ambiente em proporções maiores e de forma mais agressiva. Os homens, em primeiro momento eram nômades, captavam da natureza tudo o que lhes eram necessários, e o que esta poderia oferecer para que se mantivessem aptos para prosseguir sempre em busca de novos territórios, já que eles não ocupavam lugares fixos, caminhavam de uma parte à outra sempre em busca de riquezas naturais. Com a descoberta da agricultura e da pecuária tornou-se possível a fixação em territórios determinados, assim foram abandonando as características nômades e emergindo as condições de vida sedentárias.



Esse avanço possibilitou, mais à frente no tempo, a criação dos primeiros povoados e cidades, neste momento do desenvolvimento humano, os impactos causados ao meio natural, já poderiam ser observados, mas em proporções mínimas se comparado aos próximos milênios de evolução humana.

“Essa concentração industrial engendra problemas de poluição do ar e da água, gerando situações de graves riscos à saúde da população, sobretudo para as famílias mais pobres que passam a residir exatamente nos lugares mais poluídos, porque desvalorizados. Desse modo, os efeitos da degradação ambiental não são distribuídos igualmente pelo conjunto da população.” (GONÇALVES, 1999)

Com a entrada da Revolução Industrial no cenário histórico e com a inserção das máquinas no processo de produção ampliada da riqueza, notou-se o aumento dos fenômenos ambientais prejudiciais. Não há como negar que a Revolução Industrial significou um salto muito alto para a humanidade, trouxe consigo avanços inimagináveis, mas também implicou no agravamento do pauperismo, da fome e dos níveis de desemprego, além desse desgaste social houve também o ataque direto ao meio ambiente e aos recursos naturais; devido ao fato de que este sistema está fundamentado tanto na acumulação de mais-valia quanto na relação de apropriação da natureza.

O padrão de produção e consumo estabelecido pela Revolução Industrial, e seu acelerado modo de produzir, começa a apresentar sinais de desgaste por volta dos anos 70, mostrando que tal modo de organizacional de produção não poderia ser sustentado por muito tempo, por representar, em longo prazo, desgastes sem precedentes ao meio ambiente.

Os anos 70 representaram o momento em que o desequilíbrio entre a relação homem-natureza ganha novos contornos, pois o processo de escassez de matéria-prima começa a atingir com maior intensidade a produção, naquele momento a tecnologia e os meios necessários à realização de avanços eram utilizados sem quaisquer tipos de limites, utilizando os meios próprios ao “desenvolvimento tecnológicos” eram exauridos até sua última gota.

Estes sinais de insuficiência dos recursos naturais, devido à exploração do meio natural em ritmo acelerado, fizeram com que os riscos a vida humana



aumentassem de modo descontrolado, e as formas com as quais, a sociedade em meio a uma iminente crise ambiental buscasse alternativas as ações prejudiciais, tais ações tomam forma através da ampliação de ideais como desenvolvimento sustentável, consumo consciente e a inserção de voluntários como multiplicadores das ações relativas ao meio ambiente e a sua preservação.

É necessário compreender a importância de tal discussão, bem como abrir espaços para o diálogo universidade e a sociedade pois tratar de educação ambiental é tratar com responsabilidade um direito que nos é de extrema importância, o direito à vida.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Revolução Industrial foi responsável pelo desenvolvimento econômico, político e social em todo o mundo. O avanço das máquinas que posteriormente substituiriam a força de trabalho proporcionada pelo homem implicou graves problemas; a expansão do empreendedorismo abriu caminhos para a exploração de recursos naturais que sucederam a sua escassez.

Como consequência do alto índice de desmatamento florestal e do esgotamento dos recursos hídricos surgiu a ameaça de extinção da vida humana na terra e com o crescimento populacional tornou-se necessário o desenvolvimento de medidas que objetivassem o controle e consumo consciente. Em diversos países foram adotadas Políticas Nacionais Ambientais e legislações, no Brasil a própria Constituição Federal do ano de 1988 garante o direito de todos ao meio ambiente, como prevê o Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Política Nacional do Meio Ambiente - PNA regida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 objetiva, segundo o Art. 2º a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país,



condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (Ministério do Meio Ambiente e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2008). A lei decreta que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, órgãos integrantes da União devem prezar pela qualidade ambiental e ainda atribui ao Poder Executivo a responsabilidade de criar uma fundação de apoio e proporcionar incentivo às atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA.

A Lei nº 7.797, de 1989 institui o Fundo Nacional de Meio Ambiente que deve prover recursos financeiros para o financiamento de atividades voltadas principalmente às unidades de conservação, manutenção e expansão florestal e controle ambiental.

Mesmo com inúmeras leis os impactos da ação do homem não têm sido explanados o suficiente e elas comumente são desrespeitadas, os riscos são gigantescos e precisam ser socializados a fim de ampliar as discussões, projetos e programas acerca da defesa dos recursos ambientais. Sendo esta, uma problemática que atinge a toda população, faz-se necessário garantir que ela seja abordada desde as séries iniciais para que as crianças possam desenvolver criticidade e responsabilidade sob suas atividades para com o meio ambiente.



2.2. ANÁLISE DA CONJUNTURA AMBIENTAL A PARTIR DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE

É inegável o poder que a evolução, tanto em relação ao desenvolvimento físico e intelectual humano quanto ao desenvolvimento das relações sociais, trouxe para a humanidade. Tais avanços propiciaram novos modos de gerir a vida em sociedade e de desenvolver as tecnologias necessárias para o “conforto” na produção dos bens materiais úteis para a vida humana. Esses avanços também significaram profundas alterações em sua relação com a natureza e tudo que se encontra ao seu redor.

Nota-se que cada contexto histórico é marcado por diferentes relações que adotam diferentes comportamentos, onde cada momento histórico é marcado por mudanças nas esferas sociais, econômicas, políticas ou físico-estruturais. Neste sentido, é apenas a partir da observação da organização de cada sociedade que podemos perceber o nível de evolução que esta alcançou.

Estamos vivenciando o que (PEDRAS E JUNIOR, 2009) chamam de “modismo ambiental” onde os aspectos naturais, as parcelas intocadas da natureza são consideradas entraves ao desenvolvimento social e político-econômico, e termos como “Aquecimento Global, Protocolo de Kyoto, Desenvolvimento sustentável” (PEDRAS E JUNIOR, 2009) ganham maior destaque, por serem alternativas que possibilitam a extração de matéria prima para a produção dos bens de uso e de consumo e fornecem as empresas capitalistas brechas que facilitam o desenvolvimento econômico transpondo o “incomodo” do agir politicamente correto mediante a extinção de vários recursos naturais.

Os mesmos autores colocam uma questão de suma importância, salientando que “quando se age na vanguarda em consonância com os valores ambientais haverá uma contrapartida, como a facilidade para obtenção de financiamentos e exportação de produtos, além da valoração da imagem internacional do país” (PEDRAS E JUNIOR, 2009). Sempre haverá um motivo além do que está posto, “revelando” o modismo em que as empresas estão inseridas.



Afirmar o que Segundo Harvey (2011), "o que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem" e ouvir conceitos como "sustentabilidade" ou "desenvolvimento sustentável" como meio cada vez mais disseminado como alternativa aos problemas ambientais em escala global tornou-se comum. A aplicabilidade desses termos voltou-se ao modismo internalizado por empresas capitalistas.

A necessidade de descobrir mais sobre o planeta já denota uma característica humana que advém desde os nossos ancestrais há milhares de anos, sempre buscamos desvendar de todas as formas questões que nos inquietam e despertam nossa curiosidade. Esta característica nos proporcionou o aprimoramento de habilidades físicas, intelectuais e sociais, e o desenvolvimento de meios que facilitam nossa vida e auxiliam em nossa sobrevivência, desde os períodos mais primitivos do desenvolvimento humano, e em relação ao funcionamento do nosso planeta esse fato não seria diferente.

Cotidianamente ouvimos a palavra sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, e que todos os princípios que abrangem tais termos trarão a resolução para problemas decorrentes do desgaste ambiental que se tornou um ciclo natural do capitalismo, resultantes do desenvolvimento da produção e reprodução capitalista. Nos últimos anos a palavra "sustentabilidade" ganhou bastante destaque em todos os setores da sociedade, isto ao contrário de significar um avanço para a sociedade revela um discurso falacioso, que tem muitos determinantes por trás do viés de "conscientização" que prega.

O novo conceito está ligado à estrutura que gesta o modelo econômico contemporâneo que por sua vez busca associar o status de "empresas sustentáveis" por meio da distribuição de selos verdes, às instituições que desejam adquirir credibilidade e confiabilidade no meio social mas que na verdade visam somente a isenção ou redução de determinados impostos e para atrair clientes que verdadeiramente se importam com o meio ambiente, mascarando-se, salvo as raríssimas instituições que prezam pela conservação ambiental, a ponto de não sermos injustos. É, portanto devido a isto que é de fundamental importância construir e criar caminhos para a construção da consciência acerca das questões



ambientais, assim como apropriar-se do conceito autêntico de sustentabilidade que não mantém relação alguma com o benefício à vida privada, mas com o modo de vida que respeita a existência da natureza e que a preserva.



2.3 O PAPEL DO UNIVERSITÁRIO DE PEDAGOGIA COMO VOLUNTÁRIO NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O voluntariado no Brasil tem origem ainda no período da colonização, neste período foram desenvolvidos diversos trabalhos apenas com mobilizações sociais como por exemplo a construção do primeiro hospital e com a expansão territorial e a libertação dos escravos foram surgindo as primeiras vilas e periferias. Nos lugares em que a convivência se dava em grupos, o trabalho voluntário era excepcionalmente evidente, a ajuda advinha de todas as partes, crianças, jovens e adultos, todos colaboravam prazerosamente para o andamento e conclusão de atividades. Assim como muitos outros conceitos o voluntariado foi ressignificado, mais do que uma ajuda espontânea ele passa a ser uma ação elogiável com conotações de habilidades e de responsabilidade.

De acordo com Dohme (2001), ser voluntário requer qualificação, satisfação, dedicação de horas e cumprimento dos objetivos determinados. No que se refere à legislação brasileira, o trabalho voluntário é amparado pela Lei do Serviço Voluntário, Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Além do desejo de manifestar ajuda, o voluntário contribui para a construção da própria cidadania bem como para a transformação social, como diz Edmar Lastoria:

O que se busca são ações que não estejam sustentadas na ideia da compaixão, mas focadas na participação cidadã. A ação voluntária, em si, pode ser simples como, mensalmente, coletar doações para uma instituição; ou complexas, como organizar uma campanha de conscientização sobre determinado assunto importando, apenas, que a motivação desta prática seja a colaboração transformadora e não o mero assistencialismo registrado em nossa história (LASTORIA, 2013).

Sendo a voluntariedade uma ação transformadora cabe-nos trazer à tona a sua relação com a área educacional, tratando especificamente da Educação Ambiental - EA. Como pedagogas em formação e integrantes voluntárias do Grupo de Pesquisa e Extensão do Núcleo de Educação Ambiental - NEA da Universidade Federal de Alagoas – UFAL realizamos atividades que corroboram a importância do



voluntário na construção da consciência responsável do indivíduo para com a sociedade.

A Educação Ambiental pode ser definida de diferentes maneiras, segundo o Art. 1º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que prevê a Política Nacional de Educação Ambiental “entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (PLANALTO, 1999). Dentro dessa perspectiva o educador tem um ofício de extrema importância – propiciar caminhos para a promoção da educação ambiental, neste sentido devem ser adotadas medidas estratégicas para esta finalidade.

O Pedagogo envolvido no campo ambiental, ainda que em formação possui largas possibilidades de atuação e é com o voluntariado que ele pode contribuir para o avanço social. É possível abordar todos os temas correlacionados ao meio ambiente, desde os desastres ambientais atuais às leis. As formas de abordagens mais utilizadas são **oficinas pedagógicas, visita de campo, teatro** e uso de **fantoches**.

1 – Oficinas Pedagógicas

São realizadas mediante planejamento que envolve a delimitação do tema, forma de explanação e atividade a ser desenvolvida com as crianças, podem ser confeccionados objetos decorativos com lixo reciclável, um jardim ecológico ou uma horta que podem ser criados nos fundos da escola, dentre outras práticas.

2 – Visita de Campo

Geralmente é a mais atrativa aos olhos das crianças devido ao fato de retirar os alunos do espaço tradicional de estudo (sala de aula) e aproximá-los da natureza. O local pode ser na área externa da escola, onde houver um jardim ou árvores. Em Maceió por exemplo, há uma localidade riquíssima em beleza natural, mas não muito explorada pela comunidade, principalmente pelas crianças, conhecida como



Parque Municipal, é a área ideal para a realização de uma visita de campo, particularmente para o ensino e amostra da diversidade de espécies de plantas

3 – Teatro

É uma atividade entusiasmante, os alunos fixam sua atenção nas cenas que são capazes de transmitir uma mensagem aos telespectadores, que tal falar sobre a escassez da água no Brasil ou produção exagerada de lixo? É permitido expor sobre tudo, desde que seja apresentado em uma linguagem adequada ao entendimento das crianças e que as instigue a participar e permanecer no exercício, é importante se atentar ao tempo visto que o público pode não estar apto a acompanhar apresentações longas e podem acabar se dispersando.

4 – Fantoches

Os personagens podem ser feitos com meias ou com outros materiais recicláveis e o suporte segue a mesma forma. É, certamente, uma alternativa aprazível e que tem funcionado para deter a atenção dos estudantes.

As diversas formas de intervenção precisam ser constantemente atualizadas para atender a realidade social que é sempre dinâmica e sofre com os rebatimentos do uso dos recursos tecnológicos. Podem ainda ser realizadas atividades que instigam o conhecimento e o desenvolvimento de projetos individuais dos alunos, o que contribui para a formação cognitiva, propiciando avanços positivos no desempenho escolar.

Sabendo que esta temática tem um caráter interdisciplinar, é possível trabalhar concomitantemente outros conteúdos como geografia, história e ciências e, é importante ressaltar que os múltiplos olhares sobre este campo de intervenção, não restritos ao curso de Pedagogia, potencializarão medidas que fomentam a promoção de uma relação harmônica entre estudante e meio ambiente que muito provavelmente possa se estender ao longo da sua história.



3 CONCLUSÃO

A partir do estudo pode-se evidenciar que o universitário do curso de Pedagogia tem um papel fundamental na construção da conscientização ambiental uma vez que já está inserido na área da educação e está em contato direto com as crianças, indivíduos-alvo da educação ambiental cuja promoção deve ser incentivada desde a infância.

Os estudos referentes ao meio ambiente são extremamente descomplicados de serem desenvolvidos com as crianças, existem diversas possibilidades de realizar intervenções, aliando os conteúdos e projetos do Núcleo de Educação Ambiental à didática abordada na graduação é possível aplicar incríveis iniciativas por meio do voluntariado. Uma outra evidência é a necessidade de voluntários da área para a ampliação das ações conscientizadoras, é essencial que não somente uma parte das escolas ou parte dos alunos tenham acesso à informação e às atividades, mas que todos possam vivenciar as experiências proporcionadas pelos mediadores, podendo aderir um modo de vida consciente, responsável e de fato sustentável.

Desta forma, constata-se a efetividade do trabalho voluntário, todavia há a carência de universitários pois nem todos estão dispostos a dedicar seu estimado tempo a atividades não remuneradas que exigem comprometimento e formação quanto ao aprimoramento didático-pedagógico e técnicas de abordagens, entre outros aspectos. Apesar dos impedimentos, há uma pequena porção de mediadores voluntários que enxerga benefícios não para si, mas para o desfrute de toda uma sociedade, dado que está a colaborar para a formação de indivíduos críticos e capazes de refletir sobre suas ações com relação ao meio ambiente e que agem com responsabilidade socioambiental a fim de preservar o meio ambiente bem como a vida humana.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOHME, Vania D.'Angelo. **Voluntariado**: equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

LASTORIA, E. Voluntariado, transformação e a sociedade brasileira. **EXAME**, São Paulo, 2016.

BRASIL. Lei n. 9.795 de Política Nacional de Educacional, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre educação ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 16 out. 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Tradução de: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora: Bomtempo, 2011.

PEDRAS, Gustavo Brígido de Alvarenga, JÚNIOR, Antonio Caminhas Fasciani. *Modismo Ambiental: Um Bem Necessário*. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI49835,61044-Modismo+Ambiental+um+bem+necessario>>>. Acesso em: 19 out. 2018.